



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0113/2023-SGA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, e a **EMPRESA EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA**, CNPJ sob o nº 06.132.270/0001-32, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à Rua Dr. Brasília Vicente de Castro, nº 111, Campo Comprido, Curitiba – PR, representada por seu/sua diretor presidente, **Rudimar Barbosa dos Reis**, CPF/MF nº [REDACTED], com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento SEI nº 19.09.02330.0022225/2024-72, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo ao contrato nº 0113/2023-SGA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a redação da cláusula oitava do contrato original para promover a adequação da hipótese legal de prorrogação de vigência aplicável ao objeto contratado, bem como prorrogar a vigência prevista na referida cláusula, conforme indicado na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste Aditivo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

2.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do seu resumo no Diário Eletrônico do Poder Judiciário do Estado da Bahia, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 140 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

2.2 O prazo de vigência consignado na cláusula oitava do contrato original fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 15 de setembro de 2024 até 14 de setembro de 2025.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas para o pagamento do contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

<b>Cód. Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003</b>	<b>Ação (P/A/OE) 2000</b>	<b>Região 9900</b>	<b>Destinação de Recursos 100</b>	<b>Natureza da Despesa 33.90.39</b>
--	-------------------------------	------------------------	---	---



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

01º Termo Aditivo - Contrato nº 113/2023 – SGA

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da contratação original, não especificamente alteradas por este Termo Aditivo, inclusive no tocante a preços unitários e globais.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente aditivo contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, data da assinatura digital.

ANDRE LUIS  
SANT'ANA  
RIBEIRO

ANDRE LUIS  
SANT'ANA  
RIBEIRO

**Ministério Público do Estado da Bahia**  
**André Luis Sant'Ana Ribeiro**  
Superintendente de Gestão Administrativa

RUDIMAR BARBOSA  
DOS REIS

Assinado de forma digital por RUDIMAR  
BARBOSA DOS REIS

**EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL**  
**Rudimar Barbosa dos Reis**  
Diretor Presidente

FERNANDO GABURRI DE SOUZA LIMA, Promotor(a) de Justiça de Dias D'Ávila - SIGA nº 41953.7/2024. Requerimento: autorização de ausência justificada da Promotoria de Justiça, por interesse institucional, para proferir palestra no painel "Políticas de acessibilidade e Inclusão no Poder Judiciário e no Ministério Público", no dia 22.09.2024, em Brasília/DF, no 2º Encontro Nacional da Fenajufe de Pessoas com Deficiência do PJU e MPU" o período de 23/09/2024 a 23/09/2024. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, XXXIX, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996 e no Ato Normativo nº 3, de 14 de março de 2019. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Lilian Santos Veloso - Dias D'Ávila - 1ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a). O afastamento autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais.

INOCÊNCIO DE CARVALHO SANTANA, Promotor(a) de Justiça de Itabuna. SIGA nº 98432.1/2024. Requerimento: Férias. 2024.2. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 166 da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, transferindo-se de 18/09/2024 a 07/10/2024 para gozo oportuno, ficando o período pendente de confirmação.

LICIA MARIA DE OLIVEIRA, Procurador(a) de Justiça. SIGA nº 14476.3/2024. Requerimento: Transferência de Licença Prêmio fracionada. 7.1. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 181, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, de 'Pendente Confirmar Período' para o período de 16/09/2024 a 25/09/2024. Substituto(a): Procurador(a) de Justiça Eny Magalhães Silva - Salvador - Procuradoria de Justiça Criminal - 06º Procurador(a) de Justiça, já devidamente cientificado(a).

LICIA MARIA DE OLIVEIRA, Procurador(a) de Justiça. SIGA nº 14477.3/2024. Requerimento: Transferência de Licença Prêmio fracionada. 7.1. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 181, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, de 'Pendente Confirmar Período' para o período de 26/09/2024 a 05/10/2024. Substituto(a): Procurador(a) de Justiça Eny Magalhães Silva - Salvador - Procuradoria de Justiça Criminal - 06º Procurador(a) de Justiça, já devidamente cientificado(a).

GABINETE ADJUNTO PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, no exercício de suas atribuições, RESOLVE comunicar o ARQUIVAMENTO do(s) seguinte(s) procedimento(s):

IDEA nº.	Natureza/Classe
190.9.202830/2024	Notícia de Fato
003.9.174553/2024	Notícia de Fato
003.9.317108/2024	Notícia de Fato

Salvador 13 de Setembro de 2024.

Wanda Valbiraci Caldas Figueiredo  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta para Assuntos Jurídicos

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº 113/2023 - SGA. Processo SEI: 19.09.02330.0022225/2024-72. Parecer jurídico: 523/2024. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Editora Negócios Públicos do Brasil, CNPJ nº 06.132.270/0001-32. Objeto contratual: prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à capacitação, orientação, informação, atualização diária e pesquisa na área de licitações e contratos, através de assinatura anual da plataforma eletrônica denominada "Sollicita", com acesso via Internet, a número ilimitado de usuários do MPBA, mediante autenticação por login/senha. Objeto do aditivo: alterar a redação cláusula oitava do contrato original e prorrogar a vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, a contar de 15/09/2024 até 14/09/2025. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003. Ação (P/A/OE): 2000. Região: 9900. Destinação de Recursos: 100. Natureza de Despesa: 33.90.39.

PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA  
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

Alteração, por permuta, da escala de sessões das Procuradorias de Justiça Cíveis, publicada no DJE nº 3.566, de 08/05/2024.

DATA	SEÇÃO/ CÂMARA	DESIGNAÇÃO ORIGINAL Procurador de Justiça	DESIGNAÇÃO ATUAL Procurador de Justiça
01/10/24	5ª Câmara Sessão Ordinária	Dra. Sara Mandra Mora- es Rusciolelli Souza	Dra. Laís Teles Ferreira
22/10/24	5ª Câmara Sessão Ordinária	Dra. Laís Teles Ferreira	Dra. Sara Mandra Mora- es Rusciolelli Souza

## CONTRATO

02º Termo Aditivo - Contrato nº 113/2023 – SGA

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2023-SGA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, e a **EMPRESA EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA**, CNPJ sob o nº 06.132.270/0001-32, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à Rua Dr. Brasília Vicente de Castro, nº 111, Campo Comprido, Curitiba – PR, representada por seu/sua diretor presidente, **Rudimar Barbosa dos Reis**, CPF/MF nº [REDACTED], com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento SEI nº 19.09.02330.0022225/2024-72, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo ao contrato nº 0113/2023-SGA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência contida na **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA** do contrato original celebrado entre as partes, relativo a "objeto do contrato original", conforme indicado na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste Aditivo.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

O prazo de vigência consignado na cláusula oitava do contrato original fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 15 de setembro de 2025 até 14 de setembro de 2026.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento do contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101/0003	2000	9900	100	33.90.39

### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da contratação original, não especificamente alteradas por este Termo Aditivo, restando, entretanto, garantido o direito ao reajuste nos termos e condições previstos na **cláusula sétima** do contrato originariamente celebrado entre as partes.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente aditivo contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, data da última assinatura.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
**André Luis Sant'Ana Ribeiro**  
Superintendente de Gestão Administrativa

EDITORIA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL  
**Rudimar Barbosa dos Reis**  
Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Rudimar Barbosa dos Reis** - Usuário Externo, em 20/08/2025, às 19:29, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 21/08/2025, às 21:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1659440** e o código CRC **B6BAF229**.

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**

**AVISO CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia nos termos do edital do Pregão Eletrônico Nº 90013/2025, PROCESSO nº 19.09.02336.0010727/2025-87, UASG: 926302, objeto: Registro de preços para aquisição de material elétrico, CONVOCA as empresas relacionadas a seguir, para assinatura das Atas de Registro de Preços nº 23/2025, 24/2025 e 25/2025, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar desta publicação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

EMPRESA VENCEDORA	CNPJ	LOTE	Nº DA ARP
VOIT MATERIAIS ELETRICOS LTDA	26.507.653/0001-55	01, 02, 06, 07	23/2025
COMERCIAL SPONCHIADO LTDA	13.338.681/0001-44	03 e 04	24/2025
R3 COMERCIO E SERVICOS LTDA	28.347.594/0001-20	05	25/2025

Salvador-Ba.

**RESUMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº 113/2023 - SGA.** Processo SEI: 19.09.02330.0023247/2025-48. Parecer jurídico: 577/2025. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Editora Negócios Públicos do Brasil, CNPJ nº 06.132.270/0001-32. Objeto contratual: prestação de serviços técnicos especializados, de natureza continuada, relativos à capacitação, orientação, informação, atualização diária e pesquisa na área de licitações e contratos, através de assinatura anual da plataforma eletrônica denominada “Sollicita”, com acesso via Internet, a número ilimitado de usuários do MPBA, mediante autenticação por login/senha. Objeto do aditivo: alterar a redação cláusula oitava do contrato original e prorrogar a vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, a contar de 15 de setembro de 2025 até 14 de setembro de 2026. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003. Ação (P/A/OE): 2000. Região: 9900. Destinação de Recursos: 100. Natureza de Despesa: 33.90.39.

**RESUMO DE PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DE VIGÊNCIA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA.** Processo SEI/MPBA: 19.09.03493.0019574/2025-92. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Casa Nova, CNPJ nº 13.691.811/0001-28. Objeto: publicizar a prorrogação automática de vigência do ajuste celebrado entre as partes, cujo objeto se consubstancia em estabelecer a cooperação mútua entre as instituições no que diz respeito à disciplina da cessão da servidora Fabrícia Braga de Souza, ocupante de cargo efetivo no município partícipe, com ônus para o Ministério Público do Estado da Bahia, por mais 12 (doze) meses, conforme Portaria Municipal nº 032/2022, a contar de 01 de setembro de 2025.

**RESUMO DE PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DE VIGÊNCIA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.** SEI nº 19.09.03493.0014244/2025-30. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. Objeto: publicizar a prorrogação automática do prazo de vigência do Convênio para cessão do servidor Ives Assis Cardoso Guanabara pelo Ministério Público do Estado da Bahia (Cedente) para o exercício do cargo em comissão de Assistente, símbolo TCM-FG03, pertencente ao quadro do Tribunal de Contas dos Municípios (Cessionário), pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de junho de 2025.

**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO DEFERIDA					
MAT.	NOME DO SERVIDOR	PROCESSO SEI	LEI Nº 13.471/2015	PERÍODO DO AFASTAMENTO/ QT. DIAS	QUINQUÊNIO
353143	RITA DE CASSIA LEAL SANTOS ANDRADE	19.09.01995.0020952/2025-54	Art. 3º	25/09/2025 A 24/10/2025 - 30 DIAS	2016/2021
209183	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS	19.09.47372.0024720/2025-26	Art. 3º	15/09/2025 A 14/10/2025 - 30 DIAS	2017/2022
353188	IRLA NAYANE ARAUJO DE MATOS	19.09.00872.0022656/2025-38	Art. 3º	09/09/2025 A 08/10/2025 - 30 DIAS	2016/2021
353188	IRLA NAYANE ARAUJO DE MATOS	19.09.00872.0022656/2025-38	Art. 3º	20/11/2025 A 19/12/2025 - 30 DIAS	2016/2021